

O 6 de Junho: a manifestação que esteve para não se fazer

“Estão todos às portas da cidade de Ponta Delgada”

A manifestação do 6 de Junho de 1975 foi, inevitavelmente, “Um Marco na Rota da Autonomia dos Açores”, como se lê na capa do livro publicado por Américo Natalino de Viveiros e que hoje é incontornável para quem quiser conhecer como o PPD/A de então se envolveu, na linha da frente para a maior manifestação popular de sempre na história dos Açores.

Há contornos que antecederam o 6 de Junho de 1975, envolvendo açorianos que viviam em bairros pobres de Ponta Delgada e as dificuldades que enfrentava a lavoura de São Miguel, devidamente descritos no livro, que eram um rastilho a queimar em lume brando que eclodiu na manifestação.

Foram muitas as entrevistas e reportagens que procuraram descrever a verdadeira essência da manifestação com protagonistas que estiveram dos dois lados da barricada. Como escreve Américo Viveiros no seu livro, “Muito se tem escrito e dito acerca do 6 de Junho, cada um com a versão que gostaria que fosse a verdadeira, embora nenhuma delas tenha abordado a verdadeira origem e as causas da manifestação (...) que abriu as portas à Autonomia Política e Administrativa dos Açores”.

Dias antes do 6 de Junho, Américo Viveiros alertou a então cónsul dos Estados Unidos da América, a diplomata de carreira Linda Pfyphel com quem mantinha regularmente contactos assentes “num relacionamento amistoso que se criou, impulsionado por João Gago Matias Tavares”. “Era frequente, naquela altura, falarmos sobre o evoluir da situação política e por isso telefonei-lhe de seguida dando conta do dia que tínhamos designado para a manifestação, já que ela tinha informações sobre o projecto que tínhamos concebido, e para que, pelos canais diplomáticos, desse conta à esquadra da Nato do que iria acontecer...”

Nestes momentos que antecederam o 6 de Junho de 1975 é notório no livro alguma complicidade entre simpatizantes do independentismo açorianos e dirigentes do PPD/A que, então, já tinha definido que o rumo era o da Autonomia Política-Administrativa em sintonia com o pensamento de João Bosco Mota Amaral.

Para a mobilização da manifestação, “as tarefas tinham sido divididas por sectores, agrupados pelas grandes áreas empregadoras. José Maria Melo Carmo, Valdemar Oliveira, António do Carmo, Tibério Pereira e José de Medeiros, ficaram responsáveis pela mobilização da lavoura que teve em Luís Albuquerque um discreto, mas importante apoio na mobilização dos agricultores à volta da Ilha. José Francisco Ventura, Olinda Lima Araújo, Santos Pereira e Manuel Raposo Puga foram encarregados de mobilizar os camionistas e os madeireiros, enquanto José Eduardo



E apesar da pressão dos militares, a manifestação foi imparável

Gouveia, António dos Santos Figueira e José Maria Cabral ficaram responsáveis pelos trabalhadores dos serviços, da indústria, e do comércio.

O dia do “sinal” para a manifestação de 6 de Junho de 1975 foi 29 de Maio, uma sexta-feira, dia habitual da feira da lavoura. “Luís Franco, o presidente da Associação Agrícola de São Miguel, juntamente com Hermano Mota e Luís Cymbron”, lê-se no livro, “saltaram o portão da Feira e penduraram num vitelo cartazes dizendo “ISTO É O FIM DA LAVOURA AÇORIANA”, o que mobilizou muitos lavradores naquele dia para São Gonçalo, que era ao tempo a feira de gado e onde hoje se encontra o campus da Universidade dos Açores, pois queriam decifrar a mensagem do bezerro”.

A resposta à oposição dos militares

Anunciou-se publicamente a data da manifestação, 6 de Junho, e Américo Viveiros – que estava na Assembleia Constituinte, em Lisboa, regressa neste dia, via Santa Maria. Como descreve no livro, tinha reunido no dia anterior com Barbosa de Melo e Mota Pinto informando-os do que iria acontecer no dia 6 e a justificar a sua ausência da Assembleia “e a preveni-los da situação, para que estivessem infor-

“Todos os dirigentes do PPD/A estavam prontos para integrarem a primeira linha da manifestação do dia 6 de Junho, mas face aos acontecimentos ocorridos no Quartel-General na manhã daquele dia (...) tínhamos assumido que a manifestação se havia transformado num autêntico levantamento popular e era preciso responder a esse levantamento com medidas muito concretas”.

mados quando houvesse alguma tomada de posição por parte do governo provisório”. Igual comunicação fez ao professor Emídio Guerreiro, que era o Presidente interino do partido.

E, num daqueles momentos mais relevantes que antecederam o 6 de Junho,

quando Américo Viveiros aguardava embarque no avião da SATA de Santa Maria para São Miguel, é chamado ao telefone. Era o José Eduardo Gouveia, a dar conta da “oposição dos militares à realização da manifestação e informando que João Vasco de Paiva estava, desde manhã, retido numa sala do Quartel-General, fechado à chave, e que passadas algumas horas tinha aparecido o General Altino de Magalhães a solicitar a desmobilização da manifestação e por isso era preciso tomar uma decisão.”

É então que Américo Viveiros questiona José Eduardo Gouveia sobre como é que estavam os vários pontos de concentração e a resposta destemida que recebe é relevante: “estavam todos às portas de Ponta Delgada”.

Ambos entenderam que “não era possível desmobilizar o que quer que fosse e João Vasco Paiva devia responder que não tínhamos maneira de conter o que estava a transformar-se num verdadeiro levantamento popular e que quanto à hipótese de fazer intervir as Forças Armadas, para manter a ordem, como tinha também adiantado o General Altino de Magalhães, ele tinha de responder que a ordem não estava em perigo e por isso era imprudente tomar qualquer medida que fosse naquele sentido”.

A opinião era a de que “a tropa devia manter-se nos quartéis” e Américo Viveiros concluiu a conversa com José Eduardo Gouveia: “se o João Vasco permanecer no Quartel-General, quando eu chegar havemos de ir lá tirá-lo”. Pediu “ainda a José Eduardo que mantivessem o aeroporto aberto até o voo da SATA de Santa Maria aterrar. Foi o que aconteceu. Quando cheguei a São Miguel, já o João Vasco estava de volta e apesar de termos a garantia que os militares não sairiam à rua para reprimir os manifestantes, não há dúvida que a dimensão que ela assumiu metia respeito a quem quer que fosse e só esperávamos que ela se desenrolasse sem tumultos e que cumprisse os objectivos para que havia sido convocada”, lê-se no livro de Américo Natalino Viveiros.

Como explica, “os dirigentes do PPD/A estavam prontos para integrarem a primeira linha da manifestação do dia 6 de Junho, mas face aos acontecimentos ocorridos no Quartel-General na manhã daquele dia em que nos era pedido que desmobilizássemos a manifestação, tínhamos assumido que a mobilização não podia ser travada pelo PPD/A porque ela se havia transformado num autêntico levantamento popular e era preciso responder a esse levantamento com medidas muito concretas”.

Mas, como salienta no livro, foram os megafones do PPD/A que foram utilizados na manifestação “e na sede íamos seguindo os acontecimentos pelas informações